

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM.

HERITAGE EDUCATION IN NON-FORMAL LEARNING AREAS

Prof^a Dr^a Marta Rosa Borin¹

RESUMEN: Este texto presenta los resultados de un proyecto de enseñanza y extensión donde buscamos estudiar la historia regional desde el patrimonio cultural. Por lo tanto, en las clases de metodología de enseñanza de la historia, en los cursos de licenciatura en pedagogía, educación especial e historia, buscamos estimular a los académicos a mirar la ciudad con curiosidad para leer los mensajes del pasado a través de los símbolos, monumentos, museos. Pues comprender el significado de los bienes patrimoniales es conocer las particularidades, las identidades de un grupo social. El proyecto generó talleres y trabajos de maestría.

Palabras-clave: educación patrimonial, historia, identidad

RESUMO: Este texto apresenta os resultados de um projeto de ensino e extensão onde buscamos estudar a história regional a partir do patrimônio cultural. Assim, nas aulas de metodologia do ensino da história, nos cursos de licenciatura, em pedagogia, educação especial e história, buscamos estimular os acadêmicos a olhar para a cidade com curiosidade, a fim de ler as mensagens do passado através dos símbolos, dos monumentos, dos museus. Pois, entender o significado dos bens patrimoniais é conhecer as particularidades, as identidades de um determinado grupo social. O projeto gerou oficinas e dissertações de mestrado.

Palavras -chave: educação patrimonial, história, identidade

ABSTRACT: This text presents the results of a teaching and extension project where we seek to study the regional history from the cultural heritage. Thus, in the methodology classes of history teaching, undergraduate courses, in pedagogy, special education and history, we seek to encourage academics to look at the city with curiosity in order to read the messages of the past through symbols, monuments, of museums. For to understand the meaning of patrimonial goods is to know the particularities, the identities of a particular social group. The project generated workshops and master dissertations.

Key word: heritage education, history, identity

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados de um projeto de ensino e extensão, da Universidade Federal de Santa Maria, onde buscamos estudar e ensinar a história regional a partir do patrimônio cultural. Pois, entender o significado dos bens patrimoniais é conhecer as particularidades, as identidades de um determinado grupo social. Assim, nas aulas de metodologia do ensino da história, nos cursos de formação de professores, buscamos estimular os acadêmicos a olhar para a cidade com curiosidade, a fim de ler as mensagens do passado através dos símbolos, dos monumentos, dos museus, da arquitetura a sociedade santa-mariense. Assim, busca-se refletir, através do patrimônio cultural, a rede de relações que ele encerra no contexto político-cultural para, então, dialogar com a Educação básica, para compreender o

¹ **Marta Rosa Borin** Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, mrborin@mail.com

desinteresse que os jovens estudantes têm manifestado pelos conteúdos de História na Educação Básica. Para tanto escolhemos o centro histórico da cidade e os museus, neste caso, pela possibilidade dos objetos em exposição nos museus se tornarem uma ferramenta para o desenvolvimento da compreensão histórica.

Conhecer a história através dos bens patrimoniais possibilita trabalhar com a concepção de conceitos ligados a ideia de valores identitários socialmente produzidos. Neste sentido, o Patrimônio Cultural pode ser uma ferramenta para o ensino de história. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre a formação de professores e sua relação com o reconhecimento dos bens culturais, uma vez que a educação pode ocorrer em qualquer local ou momento – onde ocorra contato entre dois ou mais agentes sociais (ZABALA, 1998). Se na educação escolar o educador propõe experiências e desafios que leve o educando a problematizar o mundo, a desenvolver a capacidade de interpretar os códigos, signos e sinais com os quais a humanidade se comunica (PACHECO, 2017), este professor precisa instrumentalizar sua prática educativa, sobretudo, a partir do lugar onde a escola está inserida e buscar integrar o currículo à diversidade cultural do Estado, contemplando temas integradores como a cultura (Referencial Curricular Gaúcho, 2018). Portanto, para conhecer e respeitar o outro é imprescindível compreender o contexto socio-histórico-cultural.

Considerando que a estruturação do conhecimento tem por base conceitos já existentes e que não se aprende história somente na escola, mas também em espaços não formais de ensino, buscamos oferecer subsídios aos estudantes, futuros professores, para dinamizar as aulas de história, a fim de proporcionar uma aprendizagem significativa, prazerosa e estabelecendo uma relação mais direta com a realidade do educando.

Então, para estimular a leitura do passado e compreender que esta interpretação está em constante mudança, buscamos repostas nos bens patrimoniais da cidade, do bairro e do entorno da escola onde os estudantes estão inseridos. Pois, o Patrimônio Cultural é resultado de um conjunto de práticas e costumes partilhados por um grupo que se consolida em diferentes formas, material e imaterial, que contribui para reforçar a identidade e coesão social do grupo.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Nos últimos anos, desde de 1980, as reflexões sobre a Educação Patrimonial tem recebido destaque no Brasil, como um recurso para a compreensão sócio histórica das múltiplas referências culturais, pois o “Brasil passou a ser compreendido como uma nação pluriétnica e multirreferencializada, admitindo a existência de bens culturais que possuem localização específica” (LACERDA et al, 2015). Assim, o patrimônio, expresso nos valores histórico e

cultural de um grupo, passou a ser também objeto de ensino-aprendizagem nas Escolas e em espaços não formais de ensino.

A partir de 2011, a Educação Patrimonial, numa parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Cultura (MEC), passou a integrar o macrocampo Cultura e Artes, articulando os princípios do *Programa Mais Educação* com as diretrizes da política de Educação Patrimonial.

Esta iniciativa valorizava os diferentes contextos das comunidades culturais do país, e no intuito de preservá-las o IPHAN passou a mapear essas referências também a partir da realidade escolar através da elaboração de um inventário pedagógico do patrimônio local a fim de que os indivíduos pudessem se reconhecer como sujeitos ativos no processo de construção do seu espaço e no da construção do conhecimento de sua cultura (IPHAN, 2011, p. 33).

Para compreender-se como parte desse patrimônio é necessário que os professores desenvolvam ações que valorizem o cotidiano, a memória, a percepção e o conhecimento da realidade, tanto da zona rural quanto urbana. Nesta perspectiva, as práticas educativas podem contribuir para a formação de um cidadão comprometido com a realidade em que vive, pois o objetivo das ações educativas é despertar no educando a atenção para o território e seu entorno.

De acordo com a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC- IPHAN), a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco preservar o Patrimônio Cultural de uma localidade. Nesse sentido, a adaptação de ações educativas com vistas ao reconhecimento dos bens patrimoniais do nosso país teve diversos pontos positivos, muitos dos quais, têm se intensificado cada vez mais nos últimos anos, sobretudo nas instituições de patrimônio.

Neste sentido, destacamos algumas questões que consideramos essenciais para a difusão e reconhecimento das nossas heranças culturais. A primeira delas estaria centrada na formação de professores, os quais podem se tornar vetores deste processo, uma vez que, segundo Vygotsky (1982-1984, v. IV, p. 281 In. Coelho, 2010), é por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. Assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais. A sociabilidade da criança é o ponto de partida de suas interações sociais com o entorno.

Desse modo, trabalhar com Educação Patrimonial na Educação Básica amplia as possibilidades de integração cultural e social ao mesmo tempo em que promove o conhecimento, valorização e preservação dos bens patrimoniais que nos rodeiam.

No entanto, observamos nos cursos de licenciatura uma defasagem no conhecimento da história local e, sobretudo, uma completa desinformação sobre os bens patrimoniais, sejam eles tombados pelo poder público ou não.

Assim, buscamos fazer uma releitura daquilo que é tradicional a fim de entender a rede de relações que se estabelece na vida social e simbólica das pessoas (BRANDÃO, 1996, p.51).

Através da Educação patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático do trabalho educacional, o professor pode definir as habilidades e conceitos que pretende trabalhar e, com isto, motivar o educando a fazer questionamentos àquilo que é senso comum durante a visita ao museu, por exemplo. O exercício de reflexão sobre as redes de relações que ao longo do tempo se estabeleceram entre a vida social, religiosa, política e simbólica das pessoas é um dos objetivos da Educação Patrimonial.

Neste aspecto, desenvolver atividades com a temática do patrimônio visa romper com as práticas segregacionistas, buscando, tanto na valorização do patrimônio como na documentação dos diversos patrimônios da cidade, trazer à tona os grupos sociais envolvidos, incentivando novas propostas e alternativas de resguardo e ativação da memória (SOARES, 2014).

Outra questão que consideramos se suma importância neste processo de valorização do patrimônio cultural está relacionada a disponibilidade de material didático acessível aos educadores e educandos. Neste sentido, produzimos um suporte de comunicação facilitador das aulas-oficina que realizamos nas escolas públicas de Santa Maria.

A CONCEPÇÃO DO MATERIAL DE APOIO

O suporte de comunicação escolhido para este propósito é a edição impressa de um Caderno didático, em edição impressa, como suporte de comunicação para oferecer aos professores e educandos, a fim de possibilitar a educação do olhar para o significado dos bens culturais, históricos e patrimoniais. No dizer de Ramos (2004), a "alfabetização museológica" pode ser realizada a partir do objeto (em exposição) gerador do conhecimento, pois não seria adequado tratar os elementos daquela linguagem científica como conceitos prontos e acabados. Com isto, espera-se contribuir para o reconhecimento do saber nos espaços não formais de aprendizagem, como os museus, bem como desenvolver o interesse dos estudantes pela pesquisa acadêmica.

Este material, de cinquenta e duas páginas foi dividido em dez sessões onde, inicialmente, o educando e o professor são motivados a visitarem o Museu de Arte Sacra de Santa Maria e, a partir dele, procurar reconhecer na cidade, no bairro e na escola espaços de

aprendizagem. Em outra sessão foram apresentados conceitos básicos como: patrimônio, memória, identidades, cultura e tombamento. Ainda, contempla um espaço para os vilões da preservação do patrimônio e os “amigos” do museu, ou seja, os cuidados que o visitante deve ter durante a visita os espaços de exposição², visando incentivar o cuidado com a higiene e limpezas dos espaços museais. Também, apresenta uma sessão com as noções de inventário do patrimônio cultural.

Para fazer a mediação entre o conhecimento científico e o escolar, e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos estudantes, o professor encontrará no material didático sugestões de atividades para avaliar o que o educando entende por patrimônio cultural. Esta iniciativa visa motivar o educador a inserir novos conteúdos pautados no fortalecimento das referências culturais, além de possibilitar desenvolver atividades extras que envolvam a comunidade escolar, pois a cidade deve ser vista como um espaço possuidor de cultura e história próprio.

Assim, o Caderno didático foi projetado para orientar os trabalhadores de educação no planejamento de suas aulas de História para serem desenvolvidas em espaços não formais de ensino, pois o ensino é mais eficaz quando guiado por princípios e metas. Para tanto, é vital que o professor conheça o público e os acervos sobre os quais irá ensinar.

É importante que o estudante perceba seu papel como sujeito histórico e colabore na construção de ações educativas, no que tange a preservação e conservação de bens patrimoniais da cidade onde ele vive. Pois, preservar a memória de um grupo social é mais que agrupar informações (da memória individual ou coletiva), sua funcionalidade principal é contribuir para a produção do conhecimento histórico bem como para o reconhecimento dos valores de gerações pretéritas.

Nesta perspectiva, as práticas educativas que disponibilizamos podem contribuir para conscientizar os jovens educandos sobre a importância de se conhecer os referenciais históricos da sociedade onde eles vivem, e com os quais viveram aqueles que os precederam. Com a evolução do conceito de patrimônio podemos almejar, também, a formação de um cidadão atento as possibilidades de construção do conhecimento histórico a partir do território onde vive, pois a aprendizagem significativa implica estar articulada com o cotidiano do aluno. Neste sentido, amplia-se o conceito de Educação Patrimonial quando se sugere o diálogo com todos os segmentos sociais, associações e instituições, neste caso o museu e a universidade.

²O material didático material, elaborado com auxílio de bolsa FIEX/UFSM, foi editado com auxílio da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), do Programa Mais Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Projeto Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola em Tempo Integral, Edição 2015.

Figura 1 e 2: Imagens internas da exposição do Museu de Arte Sacra de Santa Maria/RS



Fonte: Arquivo do Museu de Arte Sacra (2015)

Figura 3-6. Conceitos do Caderno Didático produzido para a realização das oficinas. BORIN & JOSÉ. *Educação Patrimonial: ações educativas.* (Programa Mais Educação), Tubarão: Copiart, 2016



Apresentação e Investigação de Conceitos,.



O conceito de Memória.



O Inventário do Patrimônio Cultural



O Tombamento

A produção deste suporte surgiu da necessidade de sensibilização e formação dos educandos, bem como da comunidade santa-mariense, no que tange a conscientização sobre a valoração do patrimônio cultural e o significado da patrimonialização dos bens históricos e culturais. Ainda, pelo desinteresse que alguns jovens estudantes têm manifestado pelo conteúdo

de História e, sobretudo, pela possibilidade dos objetos em exposição nos museus se tornarem uma ferramenta para o desenvolvimento da compreensão histórica.

Para o educando compreender-se como parte desse patrimônio é necessário que os professores desenvolvam ações que valorizem o cotidiano, a memória, a percepção e o conhecimento da realidade, tanto da zona rural quanto urbana. Nesta perspectiva, as práticas educativas podem contribuir para a formação de um cidadão comprometido com a realidade em que vive, pois nosso objetivo com este material é despertar no educando a atenção para o território e seu entorno.

Para fazer a mediação entre o conhecimento científico e o escolar, e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos estudantes, o professor encontrará naquele material didático propostas e sugestões de estratégias pedagógicas para avaliar o que o educando entende por patrimônio cultural. Poderá também inserir novos conteúdos pautados no fortalecimento das referências culturais, além de ter a possibilidade de desenvolver atividades extras que envolvam a comunidade escolar e a cidade como um espaço possuidor de cultura e história próprio.

O MUSEU COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO

A definição de território está relacionada a concepção de patrimônio cultural, ao comportamento cotidiano e a cultura, resultado de uma complexa construção social que no seu conjunto definem as identidades locais. Portanto, quando o espaço social for percebido como ambiente de aprendizagem, estaremos reconhecendo as praças, as ruas, os parques, as bibliotecas, os museus etc., como espaços não formais de ensino.

Através da Educação patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático do trabalho educacional, o professor pode definir as habilidades e conceitos que pretende trabalhar e, com isto, motivar o educando a fazer questionamentos àquilo que é senso comum durante a visita ao museu, por exemplo. O exercício de reflexão sobre as redes de relações que ao longo do tempo se estabeleceram entre a vida social, religiosa, política e simbólica das pessoas pode ser compreendido a partir do estudo do patrimônio.

Mas, nas atividades de formação que realizamos com alunos da Educação Básica observamos dificuldades de compreensão dos conteúdos conceituais de história regional, bem como a desvinculação deste conteúdo do seu cotidiano. Ao refletir sobre a narrativa dos educandos priorizamos a conscientização das informações que podem estar contidas nos bens patrimoniais do território onde eles e a escola estavam inseridos.

Assim, trabalhamos em sala de aula com recortes temáticos, estabelecendo relações entre o passado e o presente da história da cidade de Santa Maria, sem negligenciar a temporalidade e as ideias que as edificações, as ruas, as praças comportam. Tal prática foi prevista com os objetos da exposição do Museu de Arte Sacra de Santa Maria, pois estes não devem ficar reduzidos à sua classificação. A função das peças é dar pistas sobre o passado, pois as ideias que os artefatos da exposição transmitem são resultado do diálogo com outros objetos, conceitos, memórias, significados, história e função social. Mas, o modo de olhar, de “ler” a exposição, depende do *background* do visitante, do estudante, do que ele conhece.

A aprendizagem no museu é um processo no qual os visitantes participam ativamente, mas os significados desta aprendizagem são individuais e fazem parte de um processo em permanente construção, pois os questionamentos permitem prolongar a curiosidade do observador e desenvolver conceitos. A Educação Museal deve resultar na construção de um saber que possa ser aplicado na vida dos estudantes, de forma que eles possam refletir acerca da proteção e preservação dos bens culturais, bem como da História local.

Os artefatos da exposição do Museu de Arte Sacra de Santa Maria, criado 95 anos depois da inauguração da matriz católica, propicia ao visitante-pesquisador ampliar a teia de significados da religiosidade brasileira. Ele está localizado numa sala anexo a Catedral Arquidiocesana, num terreno em declive, num antigo porão. Antes da reforma do templo, o acesso era por duas entradas: uma através da escada interna que o ligava à sacristia e, a outra, por uma abertura externa que o ligava ao pátio da igreja.

O antigo porão de chão batido servia para guardar o vinho da missa e, anos antes da terceira reforma da Catedral Diocesana, o lugar abrigava entulhos. A reforma deste lugar possibilitou a restauração das paredes internas deixando à vista os blocos de pedra que sustentam a Catedral centenária, revelando a plasticidade dos 70m² do antigo porão, em forma de semicírculo. Este novo espaço cultural, o *Museu de Arte Sacra de Santa Maria*, guarda alfaias sagradas, artefatos de uso litúrgico, indumentárias, quadros, livros, estandartes de associações religiosas, dentre outras.

As exposições do Museu não foram arranjadas de forma a montar uma narrativa histórica junto às peças, pois não comporta muitas informações textuais devido à restrição do espaço físico. As peças em exposição foram selecionadas pelo seu valor histórico-temporal e artístico e foram identificadas com informações específicas do artefato.

Para exemplificar a importância da Educação patrimonial e a possibilidade do educando refletir sobre a trajetória histórico-temporal em que está inserido, sugerimos a reflexão sobre um dos instrumentos de percussão em exposição no Museu de Arte Sacra de Santa Maria: a

matraca, (Figura 1). Na visita guiada o professor, ou o responsável pela exposição, ao perguntar aos jovens educandos se eles sabem o significado do termo matraca e qual a utilidade deste instrumento, ele estaria buscando encontrar aproximações entre “o sujeito e o legado histórico da cultura”, no dizer de Martins (2011), o que corresponderia, segundo o autor “à primeira fase” da experiência do sujeito “onde habitualmente, encontram-se as relações familiares, o aprendizado da linguagem, o treinamento comportamental, a transmissão dos valores elementares vigentes no respectivo espaço social”.

Ilustração 7: Matraca ou Agiosimandro, instrumento de madeira constando de um bastão no interior do objeto o qual agitado produz som. Altura: 28 cm; diâmetro da base: 4,5 cm; largura: 5,5 cm.



Fonte: Museu de Arte Sacra de Santa Maria, 2011.

Talvez os educandos não saibam responder sobre o significado da matraca porque nesta etapa da vida trata-se, na perspectiva de Martins (2011), “de uma fase de instrução, de educação informal, de constituição individual e comunitária do sujeito consciente”. Então, outra pergunta pode ser lançada, de preferência relacionada ao cotidiano dos alunos, como por exemplo, se conhecem a expressão “fechar a matraca”. Diante de respostas negativas o professor irá explicar que a expressão corresponde a “calar a boca”. Diante disto, os educandos podem demonstrar familiaridade com a expressão e ficar empolgados, e um artefato que parecia sem importância pode despertar o interesse pelo museu. Neste momento, o professor pode associar o significado do artefato aos conteúdos conceituais de história. Assim, este instrumento de percussão, constituído de um pedaço de madeira com um ferro curvilíneo que quando sacodido gera um som e, curiosamente está num museu onde os equipamentos de comunicação sonoros tem função litúrgica, é ao mesmo tempo um instrumento que os ambulantes, geralmente em cidades do interior, ainda usam para chamar a atenção nas praças e nas feiras.

No entanto, historicamente, durante o Império Otomano, a matraca, ou o agiosimandro, era usado pelos sacerdotes da igreja grega ortodoxa para convocar os fiéis aos ofícios divinos, em substituição aos sinos que eram proibidos pelos turcos, pois estes temiam que os cristãos estivessem convocando os fiéis para uma organização revolucionária. A pertinência do fato histórico foi conservada até meados do século XX, quando a matraca era usada somente nos últimos três dias da Semana Santa, desde a quinta-feira até o Sábado para chamar os fiés e dar os sinais das funções litúrgicas, visto que neste período em respeito à crucificação de Cristo não se tocavam os sinos. Nesta época, Mustafá Kemal Atatürk assume o governo da Turquia após a derrota do Império Otomano pelos Aliados na I Guerra Mundial, e ao modernizar a Turquia o Estado passava a ser neutro em matéria de crença.

Assim, para decifrar os significados da narrativa que pode ser encontrada neste artefato é preciso “ler” a exposição para além da sua materialidade, pois o estilo da matraca em questão é simples e de difícil associação a outro objeto, e a madeira usada na sua execução não é nobre e nem entalhada fazendo com que o artefato não se destaque entre os demais da exposição. Além do que, outros estilos de matraca, que poderiam contribuir para novas análises das práticas religiosas da cidade, não são contemplados ali.

Nessa perspectiva, com as diferentes narrativas históricas este e outros artefatos do Museu passam a compor uma rede de significados para além da sua materialidade, pois entende-se que, no seu conjunto, os objetos do acervo também testemunham a cultura de uma época, as tensões, os conflitos sociais cujo valor simbólico precisa ser constantemente analisado.

Deste modo, os elementos que, por ora, compõem o acervo do Museu de Arte Sacra de Santa Maria reportam a historicidade religiosa e cultural da cidade, com diferentes pontos de vista, apreendidos por de múltiplas maneiras, podem remeter a mutações do campo religioso e cultural e apontar para uma sociedade heterogênea.

Nessa perspectiva, a historicidade dos artefatos do museu está relacionada aos agentes sociais que estavam sujeitos a eles. Caberá, então, ao professor/pesquisador fazer esta *ponte* entre o patrimônio e a sociedade, entre o objeto e os agentes sociais, cumprindo assim a função do museu, de comunicador da cultura, dos valores de uma época. Assim, podemos justificar, minimamente, a importância do ensino de História a partir de espaços não formais, como os museus, onde também se pode estabelecer relações entre a vida cotidiana e o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer a mediação entre o conhecimento científico e o escolar, é essencial para diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos estudantes, pois, preservar a memória de um grupo social é contribuir para que a história de um grupo não seja esquecida.

O diálogo entre escola e comunidade, territórios de múltiplos saberes, se definem no cotidiano, nos investimentos simbólicos que revelam o sentido próprio de sociedade e, por isto, não podem ser ignorados pelo saber científico escolar. Assim, os professores são chamados a repensar suas práticas pedagógicas, pois a sala de aula, mediante o processo de aprendizagem assistida, torna-se um laboratório ativo e o espaço social passa a ser percebido como um ambiente de aprendizagem, como por exemplo, as praças, as ruas, os parques, as bibliotecas, os museus. Ainda, a colaboração entre instituições educativas, formais e não formais, públicas e ou privadas, passa a ser vetor de aprendizagem para todos os cidadãos³.

Destacamos a responsabilidade e o papel social das Instituições de Ensino Superior, através de projetos de integração com a comunidade, instituições de patrimônio e museus para a promoção e a valorização do patrimônio, para além da formação educacional e cultural. Através da integração e troca de saberes, entre a Universidade e a sociedade, podemos contribuir para uma aprendizagem significativa dos conteúdos conceituais de História a partir do patrimônio cultural, presente nas práticas, nos ofícios, nos fazeres e saberes, nos valores simbólicos resultado das relações estabelecidas entre os indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

BOLOGNESI, Luiz; BUNTONI, Pedro. 2012. *Meus Heróis não viraram estátuas*. Ed. Ática, São Paulo. 2012.

BORIN, Marta Rosa; JOSÉ, Vivian A. S. 2016. *Educação Patrimonial: ações educativas*. (Programa Mais Educação), Tubarão: Copiart.

BRASIL, Decreto de lei n 25. 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 14/11/2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. 1999. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro. Brasília, Museu Imperial/IPHAN/MinC.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. MEC, Secad: Brasília, 2009a. (Série Mais Educação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf.

³ BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. MEC, Secad: Brasília, 2009; BRASIL. Ministério da Educação. *Gestão Intersectorial no território*. MEC, Secad: Brasília, 2009.

CANDAU, Joel.2012. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto.

CIDADE ESCOLA APRENDIZ. 2007. **Bairro Escola: passo a passo**, São Paulo: UNICEF/Fundação Educar.

COELHO, Edgar Pereira (org.).2010. Ivic, Ivan Lev Semionovich Vygotsky. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, (Coleção Educadores)

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis. Disponível em: [HTTP://culturadigital.br/blog/2010/09/01/politica-cultural-em-debate-no-culturadigitalbr/](http://culturadigital.br/blog/2010/09/01/politica-cultural-em-debate-no-culturadigitalbr/)> Acesso em: 15/11/2015.

FLORENCIO, Sonia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial. Histórico, Conceitos e processos**. Ministério da Educação: DAF-SEDUC, 201[?].

GADOTTI, Moacir. 2016. **A escola na cidade que educa**. Cadernos CENPEC, nº 1, 2006. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/MINISTÉRIO DA CULTURA. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. IPHAN, [s. l.], 2014. 63 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 30 Mar.

LACERDA, Aroldo Dias. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. PEREIRA, Júnia Sales. SILVA, Marco Antônio.2015. **Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares**. Belo Horizonte: Fino Traço.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; CARVALHO, Levindo Diniz e NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz.2010. **Educação integral e integrada**. Módulo IV. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação.

LIBÂNIO, José Carlos.1990. **Didática**. São Paulo: Cortez.

MARTINS, Estevão C. de Resende.2011. **História, consciência pensamento, cultura, ensino**. EDUCAR EM REVISTA, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 43-58, out./dez. Editora UFPR.

NORA, Pierre.1993. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. In: Revista de estudos históricos 9, Rio de Janeiro: Vértice.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 2008. **Cultura é Patrimônio: Um Guia**. Rio de Janeiro, Editora FGV.

PACHECO, Ricardo de Aguiar.2017. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente**. Jundiaí/SP: Paco.

RAMOS, Francisco Lopes.2004. **A danação do objeto. O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos.

RIEGL, Alois. 2014. **O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn, Ed. Perspectiva.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. 2018. Departamento Pedagógico. **Referencial Curricular Gaúcho: Humanas**, Porto Alegre, v. 1.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica - Teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SANTOS, Dalvonete Aparecida dos; DIAS, Darli de Souza. 2012. **Intersetorialidade: o desafio de uma nova arquitetura de Gestão em Betim**. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte, Vol. 1, nº10, p. 119-129, jul-dez.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). 2011. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR.

SINGER, Helena. 2015. **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna.

ZABALA, Antoni. 1998. **A prática educativa**. Porto Alegre: Atmed.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. 2001. **A construção do pensamento e a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.